

Feminização do mercado de trabalho: as mulheres chefe de família em Rio Grande.

Introdução

Esta pesquisa trata de questões de gênero, de feminismo e de trabalho buscando uma articulação teórica dos estudos feministas com a pesquisa empírica, problematizando as questões da emancipação feminina a partir da qualificação e do trabalho. O objetivo principal da pesquisa é analisar a situação das mulheres consideradas chefes de família com filhos que estudam na cidade do Rio Grande/RS em relação ao empoderamento. Esse conceito começa a ser utilizado pelos movimentos feministas por volta dos anos setenta e a principal contribuição é a importância da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais, contribuindo para a não subordinação da mulher.

O gênero dá ênfase ao ser cultural, social e subjetivo um ser heterogêneo que faz escolhas e reage conforme as circunstâncias que o mundo social se apresenta, que segundo Scott é entendido como:

(...)uma conexão integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder. (1990, p. 14)

O entendimento do conceito de gênero é central para a teoria feminista contemporânea, visto que, essa teoria vai nortear este estudo, baseado em autoras como ALVES, 2007; PITANGUY, 2007; VELEDA, 2000 e PERROT, 2007 buscamos um entendimento sobre a teoria feminista. Essa conjectura está intimamente ligada ao movimento feminista ocidental contemporâneo, que teve mais visibilidade, principalmente com a virada do século XIX para XX com as manifestações contra a discriminação feminina.

O feminismo contempla diferentes momentos, primeiro no século XIX, denominado como primeira onda feminista, também conhecida como Sufragismo, tinha como principal objetivo reivindicar o direito ao voto para as mulheres, oportunidade de estudos e acesso a certas profissões que foram historicamente determinadas pela cultura patriarcal¹.

Neste contexto nos anos de 1920, as feministas possuíam influências teóricas liberais, eram de classe média e brancas, e pensavam as mulheres no singular, sem levar em consideração à diversidade cultural e social.

A segunda onda do feminismo que ocorre por volta de 1960 e procura reforçar o movimento das mulheres com seus princípios políticos e sociais, esse momento procura avançar na construção de uma teoria feminista socialista com influências do pensamento marxista. Neste período o feminismo procura mostrar que as linhas de poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado. As feministas questionam as raízes culturais dessas desigualdades, o determinismo biológico que justificava as desigualdades sociais, apontando que ser mulher ou ser homem são construções sociais e culturais.

¹ Estrutura organizada conforme os interesses masculinos, o patriarcado está inserido na maior parte das sociedades.

A pesquisa feminista tende a fazer uma descrição de como vivem as mulheres seja na esfera privada ou pública, fazem uma análise aprofundada do capitalismo e o patriarcado para explicar as desigualdades de gênero. Assim a análise se baseia inicialmente com a questão do acesso, questionando estereótipos ligados ao gênero como responsáveis pela atribuição das mulheres a certos tipos considerados profissões inferiores.

A ênfase desloca-se do acesso, pois o simples acesso pode tornar as mulheres iguais aos homens, já que vivemos em um mundo de acordo com os interesses e as formas do patriarcado. Os estudos começam a buscar transformações para uma sociedade humanizada e não baseada no machismo.

A análise feminista vai questionar principalmente o fator da neutralidade da própria ciência que reflete uma perspectiva masculina. A ciência historicamente se propõe a dominação e controle sobre o meio ambiente, principalmente quando divide corpo e mente, razão e emoção, cognição e desejo, sociedade e natureza, homem e mulher.

Nos anos 80 começam a surgir novas influências metodológicas, teorias culturais, pós-estruturalistas e pós-modernas, que possuem como tema central a construção de identidades de gênero, diferenças entre as mulheres - cor, sexualidade, cultura, classe econômica, etc. As feministas pós-modernas procuram avançar na multiplicidade de enfoques usados para observar, analisar e interpretar as maneiras complexas como a realidade social dos sexos, as relações de poder e a desigualdade entre eles são constituídas, impostas e manifestadas, desde ambientes institucionais mais vastos aos detalhes do dia-a-dia da vida das pessoas.

Os movimentos feministas historicamente vêm reivindicando um maior respeito ao que se refere às diferenças, buscando uma maior representatividade e por uma voz mais forte nas decisões políticas, buscando assim melhores oportunidades e justiça social para as mulheres e homens.

É importante ressaltar que a teoria feminista parte do pressuposto da transformação e do movimento, das (des)continuidades e nesse longo percurso procuramos entender as expressões de identidades em seu tempo/espaço. Só assim percebemos que as mulheres não se constituem como um grupo único ou homogêneo, elas representam uma amálgama entre cultura, sexualidade, classe social, geração e etnia.

O movimento social feminista envolve uma dimensão comunicativa, uma ação cultural e ética a ponto de criar e recriar culturas buscando forças para desnaturalizar conceitos estanques, que restringem a cultura a um processo de transmissão entre gerações regido pelo autoritarismo.

A importância de utilizar o conceito de gênero está na construção da subjetividade e valorização social e cultural do ser humano em especial as mulheres, pois desconstrói o mito de que somos seres apenas biológicos, o que por muito tempo justificou os preconceitos e desigualdades entre homens e mulheres.

Os estudos sobre o feminismo vêm historicamente (re)significando suas teorias e metodologias de pesquisa e leitura de mundo, mesmo possuindo diferentes influências filosóficas há um consenso de que devemos minimizar as desigualdades de gênero.

Com base na teoria feminista procuramos entender o objeto de estudo desta pesquisa que são as “mulheres chefes de família com filhos e estudantes na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na segunda etapa do ensino médio”.

A justificativa desta pesquisa tem como base os indicadores sociais brasileiros que apontam para um aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres. No mundo entre 80 e 90% das famílias pobres tinham como chefe uma mulher e no Brasil em 1991,

18,1% dos chefes de família eram mulheres, o percentual passou para 24,9% em 2000. Com essa crescente mudança na configuração da família podemos observar certas desigualdades que ocorre principalmente quando a mulher necessita assumir a chefia da família, pois conforme o Censo 2000 do IBGE, as mulheres do município do Rio Grande são responsáveis por 30 % dos domicílios destas, 59 % possuem entre um e quatro anos de estudo e a renda média não atinge a dois salários mínimos.

Para o IBGE a categoria “chefe de família” ou “pessoa de referencia” é entendida como a pessoa reconhecida como a maior autoridade dentro do grupo, como provedores/as econômicos/as de seus lares. Segundo o *Diccionario Especializado en Familia y Género*, mulheres chefe de família é o:

Papel que se asigna a la mujer-madre, en el ejercicio de las funciones de crianza, educación, manejo de la autoridad, toma de decisiones, proveedora y garante del sostenimiento económico en forma permanente de los hijos y las hijas menores propias u otras personas dependientes. Aumenta por las tendencias económicas en general, por la pobreza que obliga a las mujeres a buscar ingresos propios que les den mayor autonomía, por las condiciones demográficas, sociales y culturales, como migraciones, viudez y rupturas matrimoniales, y por la opción femenina de no convivir con una pareja; situaciones que contribuyen al crecimiento de las familias monoparentales. (2007, p. 81)

Esse entendimento da categoria chefe de família auxilia para uma aproximação e concretização dos sujeitos pesquisados e os objetivos da pesquisa, deste modo questionamos a relação das mulheres chefes de família, escolarização e o trabalho. Pois atualmente encontramos uma demanda econômica crescente para que as mulheres se incorporem ao mercado de trabalho e para isso é necessário o mínimo de qualificação. Sendo assim, ocorre uma crescente busca pela educação formal, nas escolas e, principalmente, na modalidade da EJA que pressupõe o interesse por um processo educativo básico mais dinâmico, por ter o tempo reduzido.

Algumas dessas mulheres assumem a liderança em seus lares e passam a ser referência de uma mudança de paradigmas no que tange a um novo rearranjo das famílias brasileiras. Este rearranjo está inserido em mudanças nas relações de gênero, que devem ser observadas, pois atuam no mercado laboral, na escola e na esfera doméstica. Devemos elucidar que mulheres chefe de família não é um fenômeno recente da sociedade brasileira, pois há estudos como o de Paulo Eduardo Teixeira (2004) que aborda um contexto familiar no século XVIII e XIX, enfatizando as mulheres chefes de família em uma sociedade caracterizada pelo poder masculino (os senhores de escravos) e que esse aspecto destoava no imaginário cultural e social da época.

Atualmente as condições de trabalho e o direito a educação e ao público da um novo jeito de perceber as mulheres chefe de família, podemos enfatizar o acesso como possibilidade de *empoderamento*. É através das lutas/movimento que as mulheres buscam a independência econômica, social e uma maior participação nos espaços de poder.

Entendemos que as mulheres não se constituem como um grupo único ou singular, elas representam um amálgama entre cultura, sexualidade, classe social, geração e etnia e, segundo Mendes:

As mulheres das camadas mais pobres, além de possuírem um baixo nível educacional e qualificação, estão inseridas em grande parte no mercado

informal, em péssimas condições de trabalho e salários. Já as mulheres provenientes das camadas médias e altas são geralmente melhor instruídas e qualificadas para enfrentar as novas exigências do mercado. Elas colocam-se em bons postos de trabalhos, recebem melhores salários, e o ingresso se dá muito mais por uma questão de independência, autonomia ou poder de consumo, do que por questões de pobreza e sobrevivência. (2002, p.3)

Notamos a importância de ressaltar essa heterogeneidade das mulheres, principalmente quando falamos em renda familiar, sendo que os maiores índices de mulheres de referência são de baixa renda, de até dois salários mínimos (IBGE, 1997), as mulheres possuem os menores salários e as menores chances de serem promovidas. Fato ainda agravado por dedicarem parte de seu tempo em atividades domésticas não remuneradas e atividades com as filhas e os filhos, por exemplo, levar/buscar na escola e participar de atividades de lazer.

A relação das mulheres chefes de família, trabalho e escolarização se dá por uma demanda econômica crescente para que as mulheres se incorporem ao mercado de trabalho e para isso é necessário o mínimo de qualificação. Sendo assim, ocorre uma crescente busca pela educação formal, nas escolas e, principalmente, na modalidade da EJA que pressupõe o interesse por um processo educativo básico mais dinâmico, por ter o tempo reduzido. Este contexto indica a necessidade de problematizar a condição dos sujeitos pesquisados e examinar possíveis fatores e efeitos de *empoderamento* através da escola e do trabalho.

Considerando as relações de poder que se estabelecem na divisão sexual do trabalho - divisão que se dá através das diferenças biológicas dos sexos e assim naturaliza o que seria trabalho de homens e trabalho de mulheres. Em uma perspectiva de gênero optamos por desconstruir à idéia de desigualdades baseadas no sexo, e enfatizamos a busca por equidade entre homens e mulheres, rompendo com as barreiras de um mundo sexista para a conquista do direito ao trabalho e a cidadania.

A importância da categoria trabalho, para essa pesquisa, refere-se como se estabelecem as relações entre trabalho e sexo, Nogueira nos ajuda ver mais claro essa concepção de trabalho masculino e trabalho feminino.

(...) Divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte em um determinado período (...) A divisão sexual do trabalho não apresenta nenhuma neutralidade: trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes não em função da natureza técnica, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem. (2006, p. 28)

Considerando as relações de poder que se estabelecem na divisão sexual do trabalho entendemos a Constituição Brasileira de 1988 como um exemplo de conquista social, que incorporou uma pauta reivindicada por mulheres brasileiras, que tinha como principal objetivo a busca de equidade entre homens e mulheres. As mulheres historicamente vêm buscando ultrapassar as barreiras do mundo privado em busca do direito ao trabalho e da cidadania.

Os direitos já adquiridos representam a luta dos movimentos feminista, mas pesquisas demonstram que as mulheres encontram-se no mercado de trabalho, mas não em

condições de equidade, pois as mulheres que se inserem estão em desvantagem, visto que, há mais riscos de desemprego, menores salários e ocupação de baixo *status*, segundo Nogueira

Nos anos 80/90 a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis.(idem).

Este aspecto possibilita tecer algumas reflexões de como a mulher está inserida no mundo do trabalho, pois apesar dessas desigualdades as mudanças ocorrem, ainda que de forma lenta, principalmente porque quando estabelecemos relações entre as mulheres e o mundo, estamos considerando a estrutura da família que vem se modificando conforme as necessidades da contemporaneidade.

A família é monoparental, que é a formada pelo homem ou pela mulher assumindo a chefia da família, sendo um dos progenitores responsável pela estrutura familiar. Com essa crescente mudança na configuração da família Galeazzi, confirma as desigualdades que ocorre principalmente quando a mulher precisa assumir a chefia da família, pois:

Consideradas as desvantagens vividas pelas mulheres enquanto trabalhadoras, agudizadas pela recente deterioração das relações de trabalho – inclusive com a perda paulatina de direitos trabalhistas consagrados —, essa expansão das famílias dirigidas por mulheres pode significar um aprofundamento de problemas sociais já graves. Sua posição de únicas ou principais provedoras do núcleo familiar acarretaria a essas famílias uma situação de empobrecimento e de exclusão social. (2001, p. 62)

Esse fenômeno de famílias chefiadas por mulheres deve ser tratado de forma não reducionista, devemos estar atentas à complexidade, uma vez que a autora pensa e reflete sobre mulheres do terceiro mundo, onde as condições de trabalho não são de certa forma dignas para ambos os sexos. Porém a situação fica mais complexa ao apontar às desigualdades de gênero, por isso, a importância de problematizar as condições reais da mulher no contexto social.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB/1996 a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser entendida não mais como suplementar, mas como um direito, um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, tendo como princípio a garantia do exercício da cidadania.

Nas diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a EJA passou a ser uma modalidade de educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, pois usufrui de uma especificidade própria, a de estimular a permanência do jovem\adulto trabalhador nas escolas.

Essa modalidade de educação atende jovens e adultos com diferentes vivências e são normalmente trabalhadoras(es), mulheres, chefes de família que segundo Sommer “(...)retornam a escola para a capacitação que o mercado tecnológico exige”. (2006, p. 231) Na sua grande maioria esses estudantes voltam à escola buscar melhores condições para competir no mercado de trabalho formal, mas acredito que há uma relação de convívio principalmente entre as mulheres que buscam na EJA uma oportunidade de sair do mundo privado (lar) para um mundo exterior do convívio social.

A EJA utiliza como método de educação, à valorização do conhecimento já adquirido pelo estudante, o cotidiano, o lugar que conforme Santos, “... pode ser visto como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo...” (1997, p.251) é importante não pensar o lugar como um conceito fechado, estático e sim uma relação do lugar-mundo e o estudante se perceber como parte dessa relação, como sujeito que está inserido nesse contexto do local e do global. Por isso, a problematização do conteúdo a ser trabalhado, deve ser diferenciado e ver esse adulto não como uma criança, e sim, como um sujeito amadurecido que não teve condições de acompanhar o estabelecido, seja por opção, condições econômicas, sociais ou culturais.

De acordo com a 18ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande, o município conta com essa modalidade de ensino, assim distribuída no ano de 2008:

O número total de escolas estaduais no perímetro urbano é de: quarenta e uma (41). Destas, doze (12) desenvolvem a modalidade da EJA e estão divididas em oito (8) escolas que trabalham com alfabetização, nove (9) com ensino fundamental e quatro (4) com ensino médio e uma (1) com o Núcleo.

O número total de matriculados na modalidade da EJA nos três níveis alfabetização/ensino fundamental/ensino médio é de 2507 além do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos com 819 estudantes.

Para cursar a EJA do ensino fundamental é necessário possuir idade mínima de 15 anos. Para ensino médio a idade mínima é 18. A modalidade não aceita estudantes menores emancipados. Essas informações permitiram a aproximação com as escolas e os sujeitos.

Metodologia

No século XIX as ciências sociais e humanas, faziam parte do domínio das ciências positivistas, que davam ênfase principalmente a aspectos quantitativos da sociedade, sem dialogar com a complexidade, contradições e particularidades dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa qualitativa nega o padrão único de estudos que se baseia na natureza para entender toda a complexidade social, e propõem uma dinâmica em que as ciências humanas têm suas especificidades que parte da interpretação de mundo histórico, com (des)continuidades para estudar as relações sociais, seja no coletivo ou individualmente.

Outro pressuposto da pesquisa qualitativa é de que há uma relação entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Esse sujeito está intimamente ligado ao mundo, principalmente ao

lugar em que os fenômenos estudados estão se manifestando de alguma forma. Por isso é necessário ir além das manifestações imediatas, segundo Ballesteros

Assimismo, los investigadores cualitativo tratan de comprender a las personas dentro de su propio marco de referencia, identificandose empáticamente con ellas. Por ello el investigador cualitativo debe de acercarse a la realidad suspendiendo sus propias creencias, no dando nada por sobreentendido y considerando que todo puede ser tema de investigación. (1998 p.19)

A importância de não apresentar juízo de valor, respeitar e entender outras formas de viver, da consistência na pesquisa qualitativa, pois esta valoriza as diferentes manifestações e vivências as quais, pode ser novidade ao pesquisador que deve pensar como possibilidade e entendimento na pesquisa e não como algo certo ou errado.

Conforme estudos em textos de metodologia da pesquisa como BALLESTEROS, 1998; DEMO, 1995; e TRIVINOS, 1987; alguns itens importantes são desenvolvidos, sendo necessário descrever para um entendimento e aplicação na pesquisa que vem sendo desenvolvida.

- ✓ Valorização do processo da pesquisa, o resultado é importante, mas não central;
- ✓ Segue a tradição compreensiva ou interpretativa;
- ✓ Valoriza crenças, representações hábitos, atitudes e opiniões;
- ✓ Estuda a realidade social (entendemos que há limites para entender a realidade social como um todo, devido a complexidade)
- ✓ Enfoca o tempo-espaço
- ✓ Os resultados são provisórios (a sociedade é dinâmica)
- ✓ Há interação entre sujeito e objeto;
- ✓ Trabalha com pressuposto;
- ✓ Todas as variáveis são importantes;
- ✓ Requer um maior contato do pesquisador com o meio em que vai desenvolver o processo de pesquisa;
- ✓ Não deve tirar conclusões precipitadas.
- ✓ Intersubjetividade.

Esses tópicos devem fazer parte da concepção filosófica do pesquisador, eles são importantes para desenvolver uma pesquisa na qual a abordagem é qualitativa. Também é relevante lembrar que a pesquisa qualitativa deve utilizar recursos quantitativos, por exemplo, os indicadores sociais, Esses dados contribuem para fazer uma descrição do fenômeno estudado, segundo Ramón “hay que abandonar estas concepciones dualistas y su adscripción a los géneros y crear unas estructuras mentales nuevas, no cargadas de categorías opositivas” (1998, p. 11) o quantitativo deve contribuir com o qualitativo não excluir um ou outro, devem se complementar.

O estudo está sendo desenvolvido no âmbito das ciências sociais e humanas e utiliza a metodologia qualitativa, abordando a complexidade de estudar sujeitos com realidades e manifestações diferentes, sem ser reducionista e nem pretensiosa no que diz respeito a entender e apreender a realidade social como se fosse algo estático. Deste modo pretende a dar voz aos sujeitos pesquisados, se libertando de um único recurso para entender a condição de vida das mulheres chefe de família, a metodologia utilizada contribui para este

estudo quando utilizamos as técnicas para consolidar esse objeto em sujeitos. Essa metodologia contribui para uma leitura de mundo não simplista que enfoca o processo de continuidade e descontinuidades que as mulheres se inscrevem assim (re) significando a sua condição de ser no mundo.

Utilizamos questionários como um instrumento quantitativo, esse recurso necessita uma lógica que responda as primeiras descrições do objeto e do contexto em que se insere. Sendo assim a elaboração do questionário deve partir de um conhecimento prévio teórico para que suas questões tenham um significado e utilidade para a pesquisa desenvolvida.

Esse instrumento de obtenção de dados segue algumas normas que ajudam o pesquisador a chegar aos objetivos desejados. As sugestões segundo Maragoni é da “...preparação prévia, elaboração do questionário, aplicação-teste, e respectiva avaliação ao universo em pauta, tratamento de dados, análise dos resultados...”(2005, p. 168) Esse passos ajudam a formar um raciocínio lógico acerca da elaboração e o questionário ter realmente uma utilidade.

Para a execução do projeto de pesquisa optamos por um questionário fechado com a intenção de identificar os sujeitos da pesquisa às mulheres chefe de família que estavam estudando na EJA. Esse questionário foi aplicado em duas escolas, Silva Gama no bairro Cassino e Silva Paes no bairro Lar Gaúcho, na cidade do Rio Grande. Em turmas da segunda etapa da EJA ensino médio.

O questionário desenvolvido na pesquisa enfocou os dados pessoais, família, trabalho e escola. Esse questionário utilizou 17 itens que foram respondidos diretamente segundo as opções (sim) ou (não), e respostas diretas como: nome, endereço, idade, etc.

Esse questionário foi aplicado com autorização da direção da escola e na presença de professores, assim os questionários foram preenchidos pelas estudantes que estavam presentes em sala de aula. Através desse questionário foi possível constatar quais as mulheres que estavam no contexto de estudantes e chefe de família.

A tabulação dos dados se apresenta da seguinte maneira: na escola Silva Gama foram aplicados vinte questionários. As mulheres que responderam o questionário têm idade entre dezoito anos e sessenta anos; treze são casadas, três solteiras, três separadas e uma viúva.

Referente ao número de filhos, uma possui cinco filhos, sete possuem um filho, quatro possuem dois filhos, duas possuem três filhos, duas possuem quatro filhos e quatro não possuem filhos.

Em relação ocupação, dez possuem trabalho remunerado e estão distribuídos nas seguintes profissões: uma costureira, uma secretária, três artesãs, duas vendedoras, duas diaristas, uma depiladora. Sobre as outras dez, sete não trabalham e não possuem fonte de renda e duas são pensionistas e uma proprietária de imóveis.

Neste universo pesquisado as mulheres que se manifestaram como responsáveis pela casa (chefe de família), se distribuem da seguinte maneira 16 mulheres são responsáveis, duas dividem a responsabilidade e duas não são responsáveis pela casa.

Na Escola Brigadeiro José da Silva Paes foram aplicados vinte e sete questionário também em turmas da segunda etapa da modalidade de EJA, a idade das mulheres que responderam ao questionário ficou entre dezenove e cinquenta e cinco anos, o estado civil ficou em cinco casadas, dezenove solteira, uma união estável, uma divorciada e uma não respondeu.

Referentes ao trabalho remunerado, as mulheres estão distribuídas nas seguintes profissões: cinco empregada doméstica, uma vigilante, uma confeitadeira, uma telefonista,

três autônoma, duas atendente de idosos, doze não possui trabalho remunerado e duas não responderam.

Referente ao número de filhos, quinze mulheres possuem um filho, uma possui dois filhos, duas possuem três filhos, duas possuem quatro filhos, cinco não possuem filhos, e duas não responderam.

As pesquisas qualitativas se propõem a dar voz aos sujeitos pesquisados, para esse fenômeno são utilizadas várias técnicas para apreender os dados. A utilização de entrevistas em profundidade correspondente ao objetivo de compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos sociais e subjetivos dos sujeitos. Segundo Ballesteros

Entre las más utilizada en geografía están las entrevistas en profundidad, en las que puede haber o no un guión de los temas a tratar, pero en las que en todo caso los sujetos tienen la libertad de responder a su modo. Minimizándose la intrusión del investigador. (1998, p. 21)

A autora enfatiza a importância de não influenciar os sujeitos deixando-os se mostrarem naturalmente, para isso o pesquisador deve estar atento às possibilidades que ocorrem nesse modo de perceber a realidade que está se mostrando. Assim, o problema pesquisado se manifesta de acordo com o significado que as pessoas dão as suas vidas e entendimento social do pesquisador.

Para isso devemos ter alguns cuidados para o trabalho não ser em vão, pois as entrevistas em profundidades devem ser guiadas, para não fugir dos objetivos da pesquisa e desperdiçar tempo e recursos do pesquisado e do pesquisador.

Com base nas técnicas de pesquisa qualitativa o guia para as entrevistas com as mulheres chefe de família foi constituído a partir de um conhecimento teórico do tema e a partir dos questionários que contribuiu para uma aproximação com os sujeitos. O guia está estruturado em:

- a) primeira fase - identificação;
- b) segunda fase - questões objetivas;
- c) terceira fase - questões subjetivas.

E estas questões encontram-se relacionadas com as categorias que procuramos desenvolver na pesquisa como educação formal, trabalho, consumo, família e objetivos pessoais.

Essas fases foram criadas apenas para organizar e operacionalizar o guia, sendo flexível, pois a primeira questão pediu para a entrevistada contar um pouco da história da sua família e como você se relaciona com eles. A partir da história pessoal fomos fazendo intervenções e guiando a entrevistada não sair do tema, esses momentos são difíceis, pois trabalhamos com subjetividades e devemos ter cuidado para não reduzir os sujeitos a essa prática de pesquisa.

Seguindo a delimitação do questionário as mulheres que se encontravam nas características de chefe de família e assim, responderiam a entrevista foram oito mulheres da escola Silva Paes, sendo que apenas três se disponibilizaram a participar da entrevista voluntariamente.

A primeira que entrevistei foi a “Margarida”², solteira, doméstica com uma filha, não se declara chefe de família, pois possui um companheiro que mantém economicamente quase todas as despesas da família.

A segunda foi “Rosa” solteira, atendente e com um filho; não se declara chefe de família, pois recebe pensão alimentícia e a mãe a sustenta, pois trabalha eventualmente, pretende concluir os estudos para conseguir um emprego com carteira assinada.

A terceira entrevistada foi “Violeta” 24 anos vendedora (autônoma), casada, com uma filha e duas irmãs que necessitam cuidados, pois possuem problemas mentais. A “Violeta” se declara chefe de família.

As cinco outras mulheres não possuíam tempo ou até mesmo não gostariam de participar da entrevista.

As estudantes da Escola Silva Gama que estavam de acordo com a delimitação feita no decorrer da pesquisa, ou seja, as que se declararam chefe da família, estas foram Cinco sendo que a entrevista só ocorreu com duas mulheres. A “Tulipa” de 45 anos, separada, pensionista e com dois filhos e “Orquídea” de 60 anos, viúva, pensionista e com uma filha.

As outras três mulheres que poderiam contribuir para a pesquisa, não se mostraram interessadas, e argumentavam a falta de tempo para fazer as entrevistas. Podemos atribuir a esse fato a hipótese de que as mulheres estiveram ocultadas da História o que as fazem calar, segundo Perrot

(...) as mulheres ficaram muito tempo fora deste relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. (2007, p 16)

Acreditamos que essas mulheres apesar de estar inserida no espaço público (o que merece ser relatado), ainda têm a forte sensação de que esse espaço não pertence de fato a elas. Sabemos o quanto elas são sobrecarregadas com as suas atividades rotineiras, mas quando conversávamos ficava implícito que não era apenas a vida corrida e sim algo mais complexo como o silêncio, a invisibilidade, e a falta de interesse em si faz muitas vezes calar.

Entre as duas escolas visitadas foi possível concretizar cinco entrevistas com guia, três se declaram chefe de família, também houve insistência para que ocorressem mais entrevistas, mas as estudantes se mostraram bastante invadidas e sem interesse sobre a pesquisa.

A qualidade que atribuímos as entrevistas é a consciência da incapacidade de abarcar o todo, sendo um processo que coloca o pesquisador e o pesquisado cara a cara, onde o poder se exerce de várias maneiras, às vezes contribuindo, às vezes ocultando valores e crenças. Esse momento de tensão se bem aproveitado contribui muito para a formação dos sujeitos envolvidos e conseqüentemente para a pesquisa que esta sendo desenvolvida, que é um produto inacabado, flexível uma parte aberta à continuação.

Considerações finais

² Optamos por utilizar nomes de flores para garantir o anonimato das entrevistadas.

Para tecer as considerações finais é importante retomar o objetivo da pesquisa, que tratou de analisar a situação das mulheres consideradas chefes de família em Rio Grande. Segundo o Censo 2000 do IBGE, as mulheres rio-grandinas são responsáveis por 30 % dos domicílios, 59 % possuem entre um e quatro anos de estudo e a renda média destas mulheres não atinge a dois salários mínimos atuais (R\$380,00). Estes dados indicam a necessidade de caracterizar estas mulheres, explicar sua condição de trabalhadora produtiva e reprodutiva que conforme Galeazzi “Num trabalho de poucas décadas, as mulheres ultrapassaram o limite do mundo privado em busca do direito ao trabalho remunerado e à cidadania” (2001, p. 5). Mas ainda a muito que conquistar em relação ao trabalho remunerado e a cidadania, pois as mulheres se inserem nas atividades econômicas em clara desvantagem e segundo Galeazzi

“(…) estão mais expostas ao risco de desemprego suas taxas são mais elevadas do que a dos homens - e permanecem, por mais tempo na procura por trabalho, uma vez ocupada, a desigualdade expressa-se, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior(…)” (2001, p. 62)

Ao entrar em contato com as mulheres chefe de família e estudantes da modalidade de EJA percebemos fatores que aparentemente estão superados, mas que na voz dos sujeitos aparecem de forma envergonhada, pois os sujeitos da pesquisa aparecem conforme a realidade que a Galeazzi argumenta. As mulheres que responderam o questionário apresentam uma amostra de que há muito para mudar, pois no total de cinquenta e duas (52) mulheres, vinte e três (23) possuem trabalho remunerado e apenas seis (06) apresentam carteira assinada. Esse fato contribui com a procura por qualificação, sendo que, elas desejam se inserir no mercado de trabalho formal, pelos benefícios que esse proporciona.

Estudos como de SILVA, 2006; apontam para um empobrecimento quando as mulheres se tornam chefe de família, essa ocorrência não foi constatado com as entrevistadas, mas ao mesmo tempo elas questionavam a falta financeira de seus companheiros, como exemplo podemos citar “Tulipa” que diz que o pai de um de seus filhos “*nunca deu nada, nem um litro de leite, sumiu na vida, não tenho o paradeiro*” esse caso é do filho mais velho, já o mais novo “(…)ficou acordado que ele daria, mas nunca deu(…)” “(…) agora estou colocando na justiça, é até constrangedor”, pois “*P³*” vai ter que depor”. Aqui fica claro a importância da pensão alimentícia para uma melhor manutenção da família e fica sendo mais um fardo para a mulher, pois esse processo é burocrático e as vezes demorado.

Um ponto importante é o fator da construção de identidade que conforme Silva “(…) elas acabam exercendo a função de chefes de família sem, no entanto, ter construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel”(2006, p. 5). As entrevistadas apesar de se considerar chefe de família, estranhavam essa classificação, até porque chefe é o homem da casa, sendo que entre as que responderam o questionário não havia mulheres chefe de família casada ou com companheiro que vivesse na mesma casa o que confere com a pesquisa feita pelo IBGE que:

Dependendo das culturas locais e da forma como se coleta a informação, na maioria dos países as mulheres não são classificadas como chefe das unidades domésticas a não ser quando moram sozinhas ou quando não há

³ Filho mais jovem.

nenhum homem adulto morando no domicílio (População Jovem no Brasil, 2007)

Contudo à condição de chefe de família normalmente é declarada pelos próprios moradores da residência que por uma questão cultural não assumem a mulher como provedora e responsável pelo lar, já que essa função é historicamente construída e muitas vezes reafirmada que seria o homem o responsável por este lar, mesmo estando em condições desfavoráveis economicamente e socialmente.

Outro ponto a considerar foi a EJA como modalidade institucional escolhida como lugar do possível empoderamento como conquista de cidadania, para estas mulheres, essa busca está além do currículo formal e a simples qualificação, está, por exemplo, em outras dimensões, como a relação de convívio. Partimos da idéia que essas mulheres não vivenciaram certas trocas sociais e consideramos que a importância do lugar-escola está no convívio e no resgate da auto-estima e do empoderamento. Esse processo de escolarização oportuniza a essas mulheres chefe de família a possibilidade de alcançar um melhor emprego, cursar a universidade ou curso técnico e principalmente estar em um lugar de trocas sociais, esses fatores são importante para arte de empoderar-se, pois não ocorre linearmente, mas de modo complexo, porque é um processo dinâmico e ocorre em todas as esferas em que os sujeitos pesquisados circulam.

A regulação social é um peso para as mulheres, que se sentem aliviadas com a separação já que os maridos/companheiros acabam por deixar esse controle mais carregado, mas quando se sentem “livres” vêem as múltiplas facetas, fator econômico, relações afetivas, sociais e de emancipação. Esses fatores se mostram como possibilidade de mudança do ponto negativo, as dificuldades financeiras, que é o grande vilão ou o mais citado por elas. Já o evento positivo é a “emancipação” que conforme Silva “Após o processo de separação, a sensação do direito de ir e vir e ao próprio corpo é o principal ponto positivo apresentado pelas mulheres.”(2006, p 6) As entrevistadas se dizem satisfeitas sem o compromisso com a família tradicional, elas saem da rotina tem seus namoros eventuais ou ‘fixo’, mas a vida de casada era um tanto opressora afirma “Orquídea” que “após ficar viúva não sabia nem fazer compras porque dependia da posição do marido”. Como viúva sente saudade de seu companheiro de forma afetiva, mas afirma que “sinto prazer em poder escolher sem ter olhos em cima de mim”.

As dificuldades e angustias que as mulheres atualmente apresentam para conciliar o tempo de trabalho remunerado, doméstico, qualificação, cuidado de si, essa sobrecarga vem a prejudicar outras relações dentro do núcleo familiar e a sua própria vida deixando claro que a qualidade de vida vem piorando, por acúmulo de funções⁴ pré-estabelecida pela sociedade contemporânea.

Acreditamos que o movimento feminista contribuiu e contribui com o contexto das mulheres chefe de família, mas há muito que mudar principalmente no que se refere à divisão sexual do trabalho já que esta pressupõe uma relação de poder entre homens e mulheres. As mulheres devem decidir sobre a sua vida, se constituir como sujeito sem ficar apenas reproduzindo. A condição feminina do patriarcado está mudando, mas ainda há muitas mazelas a serem superadas e o fato de ser mulher chefe de família não seja um problema, mas uma outra possibilidade de viver e que se desenvolva políticas públicas para

⁴ Entendo que as funções que cabe a família deveria ser dividida e não centralizada em uma pessoa específica, pois sobrecarrega e trazendo prejuízo não só individual como coletivo nas relações sociais.

amenizar a sobre carga de funções que ficam atribuídas a uma única pessoa, que no nosso caso são as mulheres.

Referencias

BALLESTEROS, Aurora García (org). *Métodos y técnicas cualitativas en Geografía Social*. Barcelona: Oikos-tau, 1998.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em ciências sociais*. 3 ed. ver. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995.

GALEAZZI, Irene M.S. [pdf] *Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero*. 2001

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *O Perfil da Mulher Jovem de 15 a 24 anos: Características Diferenciais e Desafios*. IBGE – Departamento de População e Indicadores Sociais, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br

MENDES, Mary Alves. *Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, 2002.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

QUINTERO, Velásquez Ángela María. *Diccionario Especializado En Familia y Género*. 1ªed. Buenos Aires: Lúmen, 2007.

RAMON GARCIA, Maria Dolores. *Gênero, espacio y sociedad: nuevas perspectivas en Geografía social/dossier de lecturas*. Departament de Geografia, Barcelona: UAB, 1998.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol. 6, n° 2, jul/dez 1990.

SILVA, Maria Joseli. *Espaço, gênero e pobreza como elementos de análise das políticas de desenvolvimento urbano*. www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos, 2007.

SILVA VELEDA, Susana. *Os estudos de Gênero no Brasil: algumas considerações*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales: Universidade de Barcelona, 2000.

SOMMER, Jussara Alves Pinheiro. *A educação de jovens e adultos e o ensino de geografia: práticas possíveis*. In: REGO, Nelson, MOLL, Jaqueline e AIGNER (org). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução á pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.